



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026**  
**LEI N.º 14.133/21**

**Órgão Licitante:** Município de Teolândia  
**Edital de Pregão Eletrônico n.º:** 004-2026  
**Processo administrativo n.º:** 042/2026

**Valor estimado:** R\$ 131.700,00  
**Data da Sessão Pública:** 12/06/2026  
**Critério de Julgamento:** Menor valor global  
**Modo de disputa:** Aberto  
**Preferência para ME/EPP/equiparadas:** Não  
**Horário da disputa:** 09:00 hs  
**Registro de Preço:** Não

Torna-se público que o Município de Teolândia, por meio da Secretaria de Educação, através do Departamento de Licitações e Contratos, sediado na Rua Antonio dos Santos nº 52, Centro, Teolândia-BA, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do , Lei Complementar Nº 123/06, Decreto Municipal Nº 007 De 15 de Março de 2023, Decreto Municipal Nº 008 de 15 de Março De 2023, Decreto Municipal Nº 010 de 15 de Março de 2023, Portaria Municipal Nº 407 de 18 de Setembro de 2023, Portaria Municipal Nº 437 de 10 de Outubro de 2023, Portaria Municipal Nº 438 de 10 de Outubro de 2023, Decreto Municipal Nº 003 de 22 de Janeiro de 2024, Decreto Municipal Nº 005 de 22 de Janeiro de 2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de consultoria, assessoria, capacitação e apoio metodológico, visando à implantação, estruturação, organização e operacionalização do Projeto de Trabalho Social (PTS), no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento social do Município. A licitação será realizada em grupo único, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para o item que o compõem.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 2.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - 2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
  - 2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - 2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - 2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
  - 2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
  - 2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
  - 2.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
  - 2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
  - 2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem credenciados no Sistema do [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Para os itens do grupo/global a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar n.º 123/06.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/21, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/06 e do Decreto n.º 8.538/15.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre fornecimento de bens a ele relacionados;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do Ente ou Entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133/21.

3.8. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do Ente ou Entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/21.

3.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação será adotada a inversão de fases, de modo que os documentos de habilitação, bem como a garantia da proposta, deverão ser encaminhados pela licitante no momento do cadastramento da proposta no portal eletrônico, observadas as exigências e condições estabelecidas neste Edital.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 8.1.1 deste Edital.
- 4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei n.º 14.133/21.
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/21.
- 4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123/06, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/21, e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o Ente ou Entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário, valor total de item e valor global/grupo;

5.1.2. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de dois dígitos após a vírgula

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante (não) poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais,



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01 (um centavo).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 05 (cinco) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/06, regulamentada pelo Decreto n.º 8.538/15.
- 6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/21, nesta ordem:
- 6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do Ente ou Entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por Ente ou Entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n.º 12.187/09.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o Ente ou a Entidade e serão observados os seguintes preços unitários máximos como critério de aceitabilidade:

6.22.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.22.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/21, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429/92.
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN n.º 3/18, art. 29, *caput*)
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN n.º 3/18, art. 29, §1º).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN n.º 3/18, art. 29, §2º).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no arts. 29 a 35 da IN SEGES n.º 73/22.
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1. conter vícios insanáveis;
- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 7.8.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

7.9. Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei n.º 14.133/21.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, deverá ser anexada junto ao sistema licitante:

### 8.1.2 Documentos relativos à habilitação jurídica:

8.1.3 Registro comercial, no caso de empresa individual;

8.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.3 Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.4 Em caso de cooperativas:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- a) Inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova dos responsáveis legais;
- b) Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver;
- c) Ata de Fundação;
- d) Estatuto Social com a ata da assembleia que o aprovou;
- e) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;
- f) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e
- g) Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

#### 9 Documentos relativos à **qualificação econômico-financeira**:

9.1 Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede da licitante pessoa jurídica ou empresário individual;

9.1.2 Na hipótese em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

9.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.2.2 Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

9.2.3 **Comprovante de recolhimento da Caução/Garantia de participação, que deverá, obrigatoriamente, efetuar-se no valor mínimo de até 1% (um por cento) - admitidas quaisquer das modalidades previstas em Lei, com vigência mínima de 60 (sessenta) dias, apresentada no momento do cadastramento da proposta inicial no sistema, acompanhada do comprovante de pagamento, devendo ser analisada pelo pregoeiro antes do início da fase de disputa. A não apresentação do seguro garantia resultará na desclassificação da proposta em licitações públicas, de acordo com a Lei 14.133/2021.**

a) sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

1 - publicados em Diário Oficial; ou

2 - publicados em jornal de grande circulação; ou

3 - por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

b) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

1 - por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou

2 - por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

c) sociedade criada no exercício em curso:

1 - fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

9.2.4 As empresas obrigadas por Lei a apresentarem ECD – Escrituração Contábil Digital, para satisfação da exigência do item 20.2. do Edital, deverão juntar o respectivo comprovante de transmissão ao SPED (Serviço Público de Escrituração Digital) e o conjunto completo de documentos transmitidos à Secretaria da Receita Federal e a Junta Comercial, através de Sistema de Escrituração Digital, a saber:

a) “Recibo de Entrega de Livro Digital”, documento que dispõe de identificação do arquivo (balanço e demonstrações) apresentados a Receita, sendo que o mesmo pode ser confirmado no site da Receita Federal sobre o número de autenticação/identificação;

b) Termo de abertura e encerramento do Livro (arquivo digital) apresentado;

c) Balanço Patrimonial.

9.2.5 O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

9.2.6 A boa situação financeira será avaliada pelos Índices Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão apresentar o valor mínimo igual a 1 (um), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

9.2.7 As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.

9.2.8 Caso o memorial não seja apresentado, a Comissão reserva-se o direito de efetuar os cálculos.

21.2.6.1 A empresa que apresentar resultado igual ou menor do que 01 (um) em quaisquer dos índices acima referidos deverá comprovar patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação, como dado objetivo de qualificação econômico-financeira.

9.2.9 Se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

9.2.10 Os interessados que, por suas características próprias, estiverem legalmente desobrigadas da apresentação de balanço para efeitos fiscais deverão firmar declaração nesse sentido e apresentar a documentação contábil que lhe for pertinente na forma da lei, devidamente assinada por contador responsável.

#### 10 Documentos relativos à **regularidade fiscal e trabalhista**:

10.1 Prova de inscrição do licitante no Cadastro Nacional de pessoa jurídica (CNPJ);

10.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.3 **Prova de regularidade perante:**

10.3.2 A Fazenda Federal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da Lei e com a Procuradoria da Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa da Dívida Ativa da União, **abrangendo inclusive as contribuições sociais**, de acordo com a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº. 1.751, de 02/10/2014;

10.3.3 As Fazendas Estadual e Municipal, ambas do domicílio ou sede do licitante.

10.4 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.

10.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas.

11 Quando o contrato for executado por filial da empresa, o licitante deverá comprovar a regularidade fiscal e trabalhista da matriz e da filial.

12 As certidões de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 dias contados da data da abertura da sessão pública.

13 As ME/EPP e seus equiparados deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da LC nº 123/06).

13.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, §1º, da LC nº 123/06);

13.2 A declaração do vencedor do certame acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal;

13.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, nos termos da Seção “DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA”, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

#### 14 Documentos relativos à **Qualificação Técnica**:

14.1 Qualificação Técnico-Operacional A empresa deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de: • Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviços similares ao objeto desta contratação, especialmente relacionados a Projeto de Trabalho Social (PTS), regularização fundiária (REURB), habitação de interesse social ou desenvolvimento comunitário. d.2) Qualificação Técnico-Profissional A empresa deverá comprovar que possui, em seu quadro técnico, profissional com qualificação compatível com o objeto, mediante: • Comprovação da existência de, no mínimo, 01 (um) Assistente Social, com experiência em trabalho social, mobilização comunitária ou execução de Projetos de Trabalho Social (PTS). A comprovação do vínculo do profissional com a empresa poderá ser realizada por meio de: • Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); • Contrato de prestação de serviços; • Declaração de vínculo futuro (compromisso de contratação); • Contrato social, no caso de sócio integrante da empresa. O licitante que for isento da apresentação das licenças ou certificados deverá fazer provada circunstância.

14.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

14.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n.º 8.660/16, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

14.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

14.5 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei n.º 14.133/21).

14.6 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

14.7 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

14.7.2 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN n.º 3/18, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

14.7.3 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

14.7.4 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

14.8 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei n.º 14.133/21, art. 64, e IN n.º 73/22, art. 39, §4º):

14.8.2 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

14.8.3 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

14.9 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.10 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem

14.11 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

14.12 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

14.13 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 15 DOS RECURSOS

15.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

15.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

15.3.2 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

15.3.3 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

15.3.4 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

15.3.5 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

- 15.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 15.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 15.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 15.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 15.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 15.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 15.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico ([www.tcm.gov.br](http://www.tcm.gov.br)), após a sua homologação.

## 16 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 16.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
  - 16.1.2 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
  - 16.1.3 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
    - 16.1.3.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 16.1.3.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 16.1.3.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
    - 16.1.3.4 deixar de apresentar amostra;
    - 16.1.3.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
  - 16.1.4 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
    - 16.1.4.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
  - 16.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
  - 16.1.6 fraudar a licitação
  - 16.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - 16.1.7.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
    - 16.1.7.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;
    - 16.1.7.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
  - 16.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

16.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

16.2 Com fulcro na Lei nº 14.133/21, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

16.2.2 advertência;

16.2.3 multa;

16.2.4 impedimento de licitar e contratar e

16.2.5 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

16.3.2 a natureza e a gravidade da infração cometida.

16.3.3 as peculiaridades do caso concreto

16.3.4 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

16.3.5 os danos que dela provierem para a Administração Pública

16.3.6 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de .... ( . ) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

16.4.2 Para as infrações previstas nos itens 19.1.2, 19.1.3 e 19.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

16.4.3 Para as infrações previstas nos itens 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7, 19.1.8 e 19.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

16.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 19.1.2, 19.1.3 e 19.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o Ente ou Entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7, 19.1.8 e 19.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 19.1.2, 19.1.3 e 19.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

16.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 19.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do Ente ou Entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

16.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### **17 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

17.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

17.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [licitacaoteolandia01@gmail.com](mailto:licitacaoteolandia01@gmail.com).

17.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.4.2 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

17.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### **18 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

18.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

18.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.teolandia.ba.gov.br](http://www.teolandia.ba.gov.br).

18.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I** - Termo de Referência

**ANEXO II** - Modelo da Proposta de Preços;

**ANEXO III** - Modelo da Ordem de Serviço;

**ANEXO IV** - Modelo Declaração de observância ao §1º, art. 9º da Lei Federal no 14.133, de 1º de abril de 2021;

**ANEXO V** - Modelo de Declaração Unificada

**ANEXO VI** - Minuta de Contrato

Teolândia – Ba, 26 de maio de 2026.

**José Nilton Batista dos Santos**  
Secretário Municipal de Assistência Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO I

## TERMO DE REFERÊNCIA

O Presente TR foi elaborado considerando a Lei Federal 14.133/21 com intuito de atender os Decretos Municipais nº 007/2023, que tem por objeto a contratação de empresa para execução do Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) vinculado à **EXECUÇÃO DE OBRA DE CONTENÇÃO DE ENCOSTA EM SOLO GRAMPEADO NA RUA SÃO ROQUE, NO MUNICÍPIO DE TEOLÂNDIA – BAHIA - CONVÊNIO Nº 964962/2024 MINISTÉRIO DAS CIDADES– CAIXA ECONOMICA FEDERAL.**

### CONTRATANTE

Município de Teolândia/BA

### OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de consultoria, assessoria, capacitação e apoio metodológico, visando à implantação, estruturação, organização e operacionalização do Projeto de Trabalho Social (PTS), no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento social do Município.

### VALOR TOTAL ESTIMADO

**VALOR ESTIMADO R\$ 131.700,00 (CENTO E TRINTA E UM MIL E SETECENTOS REAIS, CONFORME PROJETO BASICO**

### PERÍODO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS

Prazo mínimo de **10 (dez) dias úteis**, conforme art. 55, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021.

### CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

O objeto do presente pregão é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para execução do Projeto de Trabalho Social (PTS), contemplando a realização de diagnóstico socioterritorial, planejamento e estruturação metodológica, elaboração de instrumentos técnicos, organização dos fluxos operacionais, capacitação da equipe municipal, mobilização comunitária, acompanhamento técnico contínuo e monitoramento e avaliação dos resultados.

A contratação ocorrerá em lote único, considerando a natureza integrada dos serviços.

### 2. JUSTIFICATIVA

A contratação é imprescindível para garantir a implantação adequada do Projeto de Trabalho Social, exigido em ações de habitação de interesse social, regularização fundiária e



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

desenvolvimento comunitário, especialmente voltadas à população em situação de vulnerabilidade.

Considerando que o Município não dispõe de equipe técnica especializada suficiente para execução integral do projeto, a contratação de empresa especializada se mostra necessária para assegurar qualidade técnica, eficiência e conformidade com as normas legais.

### 3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação será realizada por meio de pregão eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021, em razão da natureza do objeto, caracterizado como serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

A adoção do pregão eletrônico justifica-se por se tratar de modalidade que assegura maior competitividade, transparência e eficiência, permitindo a ampla participação de interessados e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, especialmente pelo critério de julgamento baseado no menor preço.

Destaca-se que o formato eletrônico contribui significativamente para a ampliação da disputa, possibilitando a participação de empresas de diversas localidades, além de conferir maior celeridade ao procedimento, redução de custos operacionais e rastreabilidade de todos os atos praticados durante a licitação.

A contratação será devidamente instruída com Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, os quais demonstram a necessidade da contratação, a adequação da solução escolhida e a definição clara dos requisitos técnicos e operacionais do objeto, garantindo alinhamento com o planejamento da Administração.

Ademais, serão observados todos os requisitos legais aplicáveis, incluindo a análise da habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e econômico-financeira da empresa vencedora, bem como a formalização contratual e a fiscalização da execução, em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Dessa forma, o pregão eletrônico se apresenta como a modalidade mais adequada para a presente contratação, assegurando isonomia entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

### 4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O julgamento das propostas será realizado pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, desde que atendidas todas as exigências técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

4.1 Nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021, será adotada a inversão de fases no presente procedimento licitatório, de modo que o julgamento das propostas ocorrerá previamente à análise dos documentos de habilitação.

Tal sistemática tem por objetivo conferir maior celeridade e eficiência ao certame, uma vez que a verificação da documentação de habilitação será realizada apenas em relação ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, evitando a análise desnecessária da documentação de todos os participantes.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Ressalta-se que, caso o licitante melhor classificado não atenda às exigências de habilitação, será convocado o próximo colocado, e assim sucessivamente, até que se encontre proposta válida e plenamente habilitada, em conformidade com as exigências do edital.

A adoção da inversão de fases não compromete a segurança jurídica do procedimento, ao contrário, contribui para a racionalização dos atos administrativos, mantendo-se íntegra a observância dos princípios da legalidade, isonomia, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

## 5. FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados de forma contínua ao longo de **12 (doze) meses**, em regime **híbrido**, compreendendo atividades presenciais no Município e atividades remotas, conforme cronograma previamente aprovado pela Administração. A execução deverá assegurar a integração permanente com a equipe técnica municipal, bem como a efetiva **transferência de conhecimento**, de modo a promover autonomia institucional ao final da contratação.

A contratada será responsável pela condução integral das etapas do Projeto de Trabalho Social (PTS), devendo atuar de forma planejada, sistemática e orientada por resultados, com acompanhamento técnico contínuo e entregas periódicas formalizadas por meio de relatórios.

### 5.1 Detalhamento das Atividades

#### a) Diagnóstico Socioterritorial (Fase Inicial)

Consiste na etapa inicial de levantamento, sistematização e análise de informações do território, devendo a contratada realizar estudos técnicos que contemplem dados socioeconômicos, demográficos e territoriais da população beneficiária. Inclui a identificação do perfil das famílias atendidas, análise das condições de vulnerabilidade social, mapeamento de lideranças comunitárias, identificação de organizações locais, equipamentos públicos disponíveis (saúde, educação, assistência social, entre outros), bem como o levantamento das principais demandas e necessidades da comunidade. Esta etapa deverá resultar em relatório técnico detalhado que servirá de base para o planejamento das ações do PTS.

#### b) Planejamento e Estruturação do PTS

Com base nas informações obtidas no diagnóstico, a contratada deverá elaborar o planejamento completo do Projeto de Trabalho Social, definindo diretrizes, objetivos gerais e específicos, metas quantitativas e qualitativas, indicadores de desempenho e metodologia de execução. O planejamento deverá estar alinhado às normativas legais vigentes, às políticas públicas setoriais e às diretrizes institucionais do Município, contemplando estratégias de intervenção adequadas à realidade local e mecanismos de acompanhamento e avaliação das ações.

#### c) Elaboração e Padronização de Instrumentos Técnicos

A contratada deverá desenvolver e padronizar todos os instrumentos necessários à execução e gestão do projeto, tais como formulários de cadastro e atendimento, relatórios técnicos, planos de ação, protocolos operacionais, roteiros de atividades, fichas de acompanhamento, entre outros. Esses instrumentos deverão garantir a organização, rastreabilidade, controle e padronização das ações, além de facilitar o monitoramento e a avaliação dos resultados.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

#### **d) Organização dos Fluxos Operacionais**

Esta etapa envolve a estruturação dos processos internos necessários à execução do projeto, incluindo a definição de rotinas administrativas, atribuições e responsabilidades da equipe municipal, fluxos de atendimento à população, integração entre os setores envolvidos e padronização dos procedimentos operacionais. A contratada deverá propor um modelo organizacional que otimize a execução das atividades, reduza retrabalhos e promova maior eficiência na gestão do PTS.

#### **e) Capacitação da Equipe Municipal**

A contratada deverá promover a capacitação técnica e metodológica da equipe municipal envolvida no projeto, por meio de treinamentos presenciais e remotos, abordando conteúdos relacionados ao PTS, à metodologia adotada, ao uso dos instrumentos técnicos, à abordagem social e à execução das atividades em campo. As capacitações deverão contemplar tanto aspectos teóricos quanto práticos, garantindo que a equipe esteja apta a executar, acompanhar e gerir o projeto de forma autônoma.

#### **f) Acompanhamento Técnico Contínuo**

Durante toda a execução do contrato, a contratada deverá prestar suporte técnico permanente à equipe municipal, por meio de orientações, reuniões técnicas, análise de atividades desenvolvidas e proposição de ajustes metodológicos sempre que necessário. Esse acompanhamento deverá assegurar a correta aplicação da metodologia, a qualidade das ações executadas e a resolução de eventuais dificuldades operacionais, funcionando como mecanismo de suporte e validação técnica do projeto.

#### **g) Monitoramento e Avaliação**

A contratada será responsável pelo acompanhamento sistemático dos resultados do projeto, com base nos indicadores definidos na fase de planejamento, realizando a análise de desempenho das ações executadas e propondo melhorias quando necessário. Deverão ser elaborados relatórios técnicos periódicos contendo a evolução das atividades, o cumprimento das metas, os resultados alcançados e eventuais recomendações. Ao final do contrato, deverá ser apresentado relatório consolidado com a avaliação geral do projeto, incluindo análise de impactos e sugestões para continuidade das ações.

Ressalta-se que todas as atividades deverão ser formalizadas por meio de relatórios técnicos, devidamente validados pela Administração, constituindo condição para aceitação dos serviços e realização dos pagamentos.

detalhe mais

A execução dos serviços compreenderá, no mínimo, as seguintes atividades, devendo ser desenvolvidas de forma integrada, progressiva e articulada entre si, com observância às diretrizes legais, às políticas públicas setoriais e às especificidades do território atendido, assegurando não apenas a implementação do Projeto de Trabalho Social (PTS), mas também a geração de capacidade institucional permanente no âmbito da Administração Municipal:

#### **a) Diagnóstico Socioterritorial (Fase Inicial)**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Esta etapa consiste na construção de uma base técnica sólida para fundamentar todo o projeto, devendo a contratada realizar levantamento, coleta, sistematização e análise de dados primários e secundários relativos ao território de intervenção. Inclui a aplicação de questionários, entrevistas, visitas técnicas e, quando necessário, realização de reuniões com a comunidade e atores locais. Deverão ser analisados aspectos socioeconômicos, demográficos, culturais e territoriais, identificando-se o perfil das famílias beneficiárias, níveis de vulnerabilidade social, condições de moradia, acesso a serviços públicos, organização social local e principais demandas da população. Também deverá ser realizado o mapeamento de lideranças comunitárias, associações, equipamentos públicos (como unidades de saúde, escolas e centros de assistência social) e redes de apoio existentes. O produto desta etapa deverá ser um relatório técnico detalhado, contendo diagnóstico analítico, mapas, gráficos (quando aplicável) e recomendações que subsidiem as fases seguintes.

#### **b) Planejamento e Estruturação do PTS**

Com base no diagnóstico elaborado, a contratada deverá desenvolver o planejamento estratégico e operacional do Projeto de Trabalho Social, contemplando a definição clara de objetivos gerais e específicos, metas mensuráveis, indicadores de desempenho, público-alvo, estratégias de intervenção e cronograma de execução. A metodologia proposta deverá estar alinhada às normativas legais aplicáveis, especialmente às políticas de habitação, regularização fundiária e assistência social, bem como às diretrizes institucionais do Município. O planejamento deverá prever mecanismos de acompanhamento, avaliação e correção de rumos, garantindo flexibilidade e adaptação às necessidades identificadas durante a execução. Esta etapa deverá resultar em documento técnico estruturado, que servirá como guia para toda a implementação do projeto.

#### **c) Elaboração e Padronização de Instrumentos Técnicos**

A contratada deverá desenvolver um conjunto completo de instrumentos técnicos e operacionais que viabilizem a execução padronizada do projeto, incluindo formulários de cadastro socioeconômico, fichas de atendimento, relatórios de visitas, planos de ação, roteiros de reuniões e oficinas, protocolos de atendimento, modelos de relatórios gerenciais e demais documentos necessários. Esses instrumentos deverão ser elaborados de forma clara, objetiva e funcional, permitindo sua utilização pela equipe municipal e garantindo uniformidade na coleta de informações, no registro das atividades e no acompanhamento dos resultados. Além disso, deverá ser assegurada a organização documental e a rastreabilidade das ações, facilitando processos de fiscalização, auditoria e prestação de contas.

#### **d) Organização dos Fluxos Operacionais**

Nesta etapa, a contratada deverá estruturar os fluxos de trabalho e os processos operacionais necessários à execução do PTS, definindo rotinas administrativas, etapas de atendimento, fluxos de informação, responsabilidades da equipe e integração entre os diversos setores envolvidos. Deverá ser elaborado um modelo de gestão operacional que contemple desde o atendimento inicial da população até o acompanhamento das ações desenvolvidas, incluindo mecanismos de controle, supervisão e registro das atividades. A organização dos fluxos deverá buscar eficiência, clareza de responsabilidades, redução de retrabalho e melhoria da comunicação interna, contribuindo para uma execução mais eficiente e organizada do projeto.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**e) Capacitação da Equipe Municipal**

A contratada deverá realizar a capacitação técnica e metodológica da equipe municipal envolvida, por meio de atividades estruturadas de ensino-aprendizagem, tais como treinamentos, oficinas, palestras e orientações práticas. As capacitações deverão abordar temas como metodologia do PTS, utilização dos instrumentos técnicos, abordagem social, mobilização comunitária, coleta e análise de dados, monitoramento de indicadores e elaboração de relatórios. As atividades poderão ser realizadas de forma presencial e remota, devendo contemplar momentos teóricos e práticos, com aplicação de exercícios e simulações. A capacitação deverá ser contínua, acompanhando as etapas do projeto, garantindo que a equipe esteja apta a executar as atividades com autonomia e qualidade.

**f) Acompanhamento Técnico Contínuo**

Durante todo o período de execução contratual, a contratada deverá prestar suporte técnico permanente à equipe municipal, atuando como instância de orientação, supervisão e validação das atividades desenvolvidas. Esse acompanhamento deverá ocorrer por meio de reuniões periódicas (presenciais e/ou remotas), análise de documentos produzidos, esclarecimento de dúvidas, proposição de ajustes metodológicos e apoio na resolução de problemas operacionais. A contratada deverá garantir que as ações estejam sendo executadas conforme o planejamento estabelecido, promovendo correções sempre que necessário e assegurando a qualidade técnica do projeto. Essa etapa é fundamental para garantir a efetividade da transferência de conhecimento e a consolidação das práticas institucionais.

**g) Monitoramento e Avaliação**

A contratada deverá implementar um sistema de monitoramento contínuo das ações, baseado nos indicadores definidos na fase de planejamento, permitindo o acompanhamento da evolução das atividades e a verificação do cumprimento das metas estabelecidas. Deverá ser realizada a análise periódica dos resultados, identificando avanços, dificuldades e oportunidades de melhoria, com proposição de ajustes sempre que necessário. Serão elaborados relatórios técnicos periódicos contendo a descrição das atividades realizadas, análise dos indicadores, avaliação dos resultados e recomendações técnicas. Ao final do contrato, deverá ser apresentado relatório conclusivo consolidado, contendo avaliação global do projeto, análise dos impactos gerados, lições aprendidas e orientações para continuidade das ações pelo Município.

Destaca-se que todas as etapas deverão ser formalizadas por meio de relatórios técnicos devidamente estruturados e apresentados à Administração, sendo a aprovação desses produtos condição indispensável para o aceite dos serviços e a liberação dos pagamentos, garantindo controle, transparência e rastreabilidade de toda a execução contratual.

**5.2 Cronograma de Execução (12 meses)**

A execução dos serviços seguirá o cronograma estimado abaixo, podendo ser ajustado conforme necessidade da Administração:

Período	Etapas / Atividades
<b>Mês 1 a 2</b>	<b>Diagnóstico Socioterritorial (Fase Inicial):</b> levantamento e análise de dados socioeconômicos; identificação do perfil da população beneficiária; mapeamento de vulnerabilidades sociais; identificação de lideranças comunitárias, equipamentos públicos e demandas prioritárias do território



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Período	Etapas / Atividades
Mês 3 a 4	<b>Planejamento e Estruturação do PTS:</b> definição de diretrizes, objetivos, metas, indicadores de desempenho e metodologia de execução, alinhados às normativas legais e aos resultados do diagnóstico
Mês 4 a 5	<b>Elaboração e Padronização de Instrumentos Técnicos:</b> desenvolvimento de formulários, relatórios, planos de ação, protocolos de atendimento, fluxos operacionais e demais instrumentos de gestão
Mês 5 a 6	<b>Organização dos Fluxos Operacionais:</b> estruturação dos processos internos, definição de rotinas administrativas, atribuições da equipe e integração entre setores
Mês 6 a 7	<b>Capacitação da Equipe Municipal:</b> realização de treinamentos técnicos e metodológicos, presenciais e remotos, voltados à qualificação dos servidores
Mês 7 a 12	<b>Acompanhamento Técnico Contínuo:</b> suporte técnico permanente à equipe municipal, com orientações, validação das atividades e ajustes metodológicos durante toda a execução
Mês 8 a 12	<b>Monitoramento e Avaliação:</b> acompanhamento sistemático dos resultados, análise de desempenho das ações e elaboração de relatórios técnicos periódicos
Mês 12	Consolidação dos resultados; elaboração do relatório final; sistematização da metodologia; encerramento das atividades

### 5.3 Forma de Execução Híbrida

A execução híbrida compreenderá:

- **Atividades presenciais:** reuniões institucionais, visitas técnicas e capacitações;
- **Atividades remotas:** reuniões técnicas, suporte contínuo, elaboração de documentos, relatórios e acompanhamento virtual das ações.

A distribuição entre atividades presenciais e remotas deverá garantir eficiência na execução, redução de custos operacionais e plena execução do objeto.

### 5.4 Entregas Vinculadas à Execução

Durante todo o período contratual, a execução estará vinculada à entrega de relatórios técnicos periódicos, que servirão como instrumento de acompanhamento, fiscalização e validação dos serviços prestados.

## 6. FORMA DE ENTREGA E ANÁLISE DOS PRODUTOS



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

A execução dos serviços será formalizada por meio da entrega de **relatórios técnicos periódicos**, os quais constituirão os principais instrumentos de comprovação da execução contratual, de acompanhamento das atividades e de validação dos resultados alcançados. Tais relatórios deverão ser elaborados de forma clara, objetiva e tecnicamente fundamentada, observando padrão profissional compatível com a natureza do objeto contratado.

Cada relatório deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- **Descrição detalhada das atividades realizadas**, com indicação das ações executadas no período, locais atendidos, público envolvido e cronologia das atividades;
- **Metodologia aplicada**, explicitando os métodos, técnicas, ferramentas e abordagens utilizadas na execução das atividades;
- **Resultados obtidos**, com apresentação de dados quantitativos e qualitativos, análise dos avanços alcançados e comparação com as metas previamente estabelecidas;
- **Evidências das ações executadas**, incluindo registros fotográficos, listas de presença, atas de reuniões, materiais utilizados, relatórios de campo, documentos produzidos e demais comprovações pertinentes;
- **Recomendações técnicas**, contendo orientações, ajustes metodológicos, identificação de riscos, dificuldades encontradas e propostas de melhoria para as etapas subsequentes.

Os relatórios deverão ser apresentados conforme cronograma previamente aprovado pela Administração, podendo ser mensais, bimestrais ou por etapa concluída, conforme a natureza da atividade executada, garantindo o acompanhamento contínuo da execução do contrato.

Serão exigidos, no mínimo, os seguintes produtos:

- **Relatório de Diagnóstico Socioterritorial**, contendo análise detalhada do território, perfil da população beneficiária, identificação de vulnerabilidades, mapeamento de lideranças e equipamentos públicos, bem como conclusões e diretrizes para o planejamento do PTS;
- **Relatórios de Capacitação**, contendo descrição das atividades formativas realizadas, conteúdos abordados, carga horária, metodologia aplicada, lista de participantes e avaliação das capacitações;
- **Relatórios de Acompanhamento Técnico**, contemplando o suporte prestado à equipe municipal, orientações realizadas, análise das atividades desenvolvidas e eventuais ajustes metodológicos;
- **Relatórios de Monitoramento e Avaliação**, contendo análise dos indicadores de desempenho, avaliação dos resultados alcançados, cumprimento de metas, dificuldades identificadas e recomendações técnicas;
- **Relatório Final Consolidado**, ao término da execução, contendo a sistematização completa do projeto, avaliação global das ações, análise de impactos, resultados alcançados e orientações para continuidade das atividades pelo Município.

A entrega dos relatórios deverá ocorrer em meio digital (formato PDF) e, quando solicitado, em meio físico, devidamente assinados pelo responsável técnico da contratada.

A análise dos produtos será realizada pelo fiscal do contrato ou equipe técnica designada pela Administração, que procederá à verificação da conformidade dos relatórios com as exigências deste Termo de Referência, observando critérios como:

- Atendimento ao escopo contratado;
- Qualidade técnica e consistência das informações;
- Coerência metodológica;
- Comprovação das atividades realizadas;
- Cumprimento dos prazos estabelecidos.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Caso sejam identificadas inconsistências, omissões ou inadequações, a contratada será formalmente notificada para promover os ajustes necessários no prazo a ser definido pela Administração, sem prejuízo das sanções cabíveis.

O aceite definitivo dos serviços estará condicionado à **aprovação formal dos relatórios apresentados**, mediante atesto do fiscal do contrato, sendo este requisito indispensável para a liberação dos pagamentos. Dessa forma, os relatórios técnicos não apenas documentam a execução contratual, mas também constituem instrumento essencial de controle, transparência e comprovação da vantajosidade da contratação.

## 7. PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

A participação na presente licitação ocorrerá mediante o envio de propostas de preços e dos documentos de habilitação por fornecedores que atuem em ramo compatível com o objeto da contratação, devendo ser observadas as condições, exigências e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e no aviso de contratação direta.

Os interessados deverão encaminhar suas propostas dentro do prazo mínimo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data de divulgação do aviso, em conformidade com o art. 55, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021, garantindo-se ampla oportunidade de participação e isonomia entre os concorrentes.

Serão consideradas válidas as propostas encaminhadas por meio eletrônico, através de e-mail institucional a ser indicado pela Administração (**inserir e-mail oficial**), bem como aquelas entregues presencialmente no setor competente, no seguinte endereço: (**inserir endereço completo do órgão/Prefeitura**), durante o horário de expediente.

As propostas deverão conter, no mínimo:

- Identificação completa da empresa (razão social, CNPJ, endereço e contatos);
- Descrição detalhada dos serviços ofertados, em conformidade com o objeto;
- Valor global da proposta;
- Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias;
- Dados bancários para eventual contratação.

Além da proposta, o fornecedor deverá apresentar documentação de habilitação jurídica, fiscal e técnica compatível com o objeto, conforme exigido neste Termo de Referência.

Para fins de atendimento à legislação vigente, deverão ser obtidos, no mínimo, **03 (três) orçamentos válidos**, emitidos por fornecedores distintos, aptos a demonstrar a compatibilidade dos preços com os praticados no mercado, assegurando a vantajosidade da contratação.

A Administração poderá, caso entenda necessário, ampliar a pesquisa de mercado, realizar diligências ou solicitar esclarecimentos complementares às empresas participantes, com o objetivo de garantir maior segurança na contratação e seleção da proposta mais vantajosa.

Ressalta-se que a simples apresentação da proposta implica plena concordância com todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, não podendo o fornecedor alegar desconhecimento das exigências posteriormente.

## 8. INGRESSO NO PREGÃO E ENVIO DAS PROPOSTAS

O fornecedor interessado deverá encaminhar sua proposta de preços acompanhada dos documentos de habilitação, contendo, no mínimo:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- Valor global da proposta;
- Descrição detalhada dos serviços ofertados, em conformidade com o objeto;
- Comprovação de experiência técnica compatível;
- Dados completos da empresa (razão social, CNPJ, endereço, telefone e e-mail);

Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos, tais como despesas operacionais, deslocamentos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, tributos, seguros e quaisquer outros necessários à plena execução do objeto, não sendo admitidos acréscimos posteriores.

Além disso, **a proposta deverá obrigatoriamente conter planilha/tabela de composição de preços**, conforme modelo abaixo, detalhando os valores por produto/etapa, em conformidade com as atividades previstas no item 5.1 deste Termo de Referência:

Item	Descrição do Objeto	Unidade	Quantidade	Valor Total (R\$)
1	Prestação de serviços técnicos especializados para implantação do Projeto de Trabalho Social (PTS), compreendendo diagnóstico socioterritorial, planejamento, elaboração de instrumentos técnicos, organização de fluxos operacionais, capacitação da equipe municipal, acompanhamento técnico contínuo, monitoramento e avaliação dos resultados, com execução em regime híbrido (presencial e remoto), pelo período de 12 (doze) meses	Serviço	12 meses	R\$ 131.700,00
	<b>TOTAL GERAL</b>			<b>R\$ 131.700,00</b>

## 9. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

O julgamento das propostas será realizado com base no critério de **menor preço global**, conforme previsto neste Termo de Referência, sendo selecionada a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, desde que atendidos integralmente os requisitos técnicos, legais e econômicos estabelecidos.

Inicialmente, será realizada a análise das propostas recebidas, verificando-se o atendimento às especificações do objeto, a conformidade com as exigências estabelecidas neste instrumento e a compatibilidade dos valores apresentados com os preços praticados no mercado, com base nos orçamentos coletados e demais referências disponíveis.

Para fins de classificação, a proposta deverá, cumulativamente:

- Atender integralmente às especificações técnicas do objeto, conforme descrito neste Termo de Referência;
- Apresentar valor global compatível com o mercado, demonstrando vantajosidade para a Administração;
- Comprovar exequibilidade, mediante coerência entre os valores propostos e a complexidade dos serviços a serem executados;
- Estar acompanhada da documentação exigida, incluindo a tabela de composição de preços, quando aplicável.

A análise de exequibilidade poderá considerar, entre outros aspectos, a composição dos custos



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

apresentada, a compatibilidade dos valores com os preços de mercado, a capacidade técnica da empresa e a coerência entre o escopo dos serviços e o valor proposto, podendo a Administração solicitar esclarecimentos ou documentos complementares para subsidiar sua decisão.

Serão desclassificadas as propostas que:

- Não atenderem às exigências deste Termo de Referência;
- Apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com o mercado;
- Contiverem omissões relevantes ou informações inconsistentes;
- Não apresentarem a documentação mínima exigida.

Após a classificação das propostas, poderá ser realizada negociação direta com o fornecedor melhor classificado, com o objetivo de obter condições mais vantajosas para a Administração, especialmente quanto ao preço, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Encerrada a fase de julgamento, será declarada vencedora a proposta que apresentar o menor preço global, desde que considerada válida, exequível e compatível com o interesse público, sendo então iniciada a fase de habilitação e posterior formalização da contratação.

## 10. HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, o fornecedor classificado em primeiro lugar deverá apresentar a documentação comprobatória de sua regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica, conforme exigências abaixo, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A não apresentação, apresentação incompleta ou irregular dos documentos poderá ensejar a inabilitação do proponente, assegurado o direito à diligência para saneamento de falhas formais, quando cabível.

### a) Habilitação Jurídica

- Ato constitutivo (contrato social, estatuto social ou requerimento de empresário);
- Todas as alterações contratuais ou consolidação do ato constitutivo;
- Procuração dos respectivos representantes legais, quando for o caso;
- Documentos pessoais dos sócios;
- Documentos do representante legal;
- Prova de administração ou diretoria em exercício, conforme o tipo societário;
- Decreto de autorização de funcionamento, no caso de empresas estrangeiras em operação no Brasil.

### b) Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- Comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ;
- Inscrição Estadual (quando aplicável);
- Inscrição Municipal (quando aplicável);
- Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- Certidão negativa de débitos estaduais;
- Certidão negativa de débitos municipais;
- Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- Certificado de regularidade do FGTS;
- Alvará de funcionamento válido.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**c) Qualificação Econômico-Financeira**

• Balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos **02 (dois) últimos exercícios sociais**, na forma da legislação vigente, devidamente registrados na Junta Comercial da sede da licitante, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios;

**c.1)** Para empresas constituídas no exercício em curso, deverá ser apresentado o **Balanço de Abertura**, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio;

**c.2)** Somente serão consideradas habilitadas as empresas que apresentarem, juntamente com os balanços, os seguintes índices econômicos, todos **iguais ou superiores a 1 (um)**:

- Índice de Liquidez Geral (ILG);
- Índice de Solvência Geral (ISG);
- Índice de Liquidez Corrente (ILC);

**c.3)** Apresentação de declaração assinada por profissional devidamente habilitado da área contábil, atestando o atendimento aos índices econômicos exigidos;

**c.4)** Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, válida na data de apresentação da proposta.

**d) Qualificação Técnica**

**d.1) Qualificação Técnico-Operacional**

A empresa deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de:

- Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviços similares ao objeto desta contratação, especialmente relacionados a **Projeto de Trabalho Social (PTS)**, regularização fundiária (REURB), habitação de interesse social ou desenvolvimento comunitário.

**d.2) Qualificação Técnico-Profissional**

A empresa deverá comprovar que possui, em seu quadro técnico, profissional com qualificação compatível com o objeto, mediante:

- Comprovação da existência de, no mínimo, **01 (um) Assistente Social**, com experiência em trabalho social, mobilização comunitária ou execução de Projetos de Trabalho Social (PTS).

A comprovação do vínculo do profissional com a empresa poderá ser realizada por meio de:

- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
- Contrato de prestação de serviços;
- Declaração de vínculo futuro (compromisso de contratação);
- Contrato social, no caso de sócio integrante da empresa.

**11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

A contratada deverá executar os serviços com estrita observância às disposições deste Termo de Referência, às normas legais aplicáveis e às orientações da Administração, assumindo integral responsabilidade pela qualidade técnica e pelos resultados das atividades desenvolvidas. Para tanto, obriga-se a:

- Executar os serviços de forma contínua, eficiente e em conformidade com as especificações técnicas do objeto, observando o cronograma estabelecido e as diretrizes do Projeto de Trabalho Social (PTS);
- Disponibilizar equipe técnica qualificada e compatível com a complexidade dos serviços, garantindo a atuação de profissionais com experiência comprovada nas áreas exigidas, especialmente em trabalho social, mobilização comunitária e políticas públicas;
- Planejar, coordenar e executar todas as etapas do projeto, assegurando a integração entre as atividades e a qualidade dos produtos entregues;
- Elaborar e entregar, nos prazos estabelecidos, todos os relatórios técnicos exigidos, contendo informações completas, consistentes e devidamente comprovadas, conforme padrões definidos neste Termo de Referência;
- Garantir a transferência de conhecimento à equipe municipal, por meio de capacitações, orientações técnicas e disponibilização de instrumentos metodológicos, de modo a promover a autonomia da Administração após o término do contrato;
- Prestar suporte técnico contínuo durante toda a execução contratual, orientando a equipe municipal, acompanhando as atividades e promovendo ajustes metodológicos sempre que necessário;
- Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos no cronograma de execução, comunicando formalmente à Administração qualquer eventual impedimento ou necessidade de readequação;
- Manter, durante toda a execução do contrato, a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, bem como as condições de habilitação exigidas;
- Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, incluindo encargos trabalhistas, tributários, previdenciários, deslocamentos, alimentação, hospedagem e demais custos operacionais;
- Garantir o sigilo das informações obtidas em razão da execução contratual, especialmente aquelas relacionadas à população beneficiária e aos dados institucionais do Município;
- Corrigir, às suas expensas e no prazo estabelecido pela Administração, quaisquer falhas, inconsistências ou inadequações identificadas nos serviços ou produtos entregues;
- Submeter-se à fiscalização da Administração, prestando todos os esclarecimentos e fornecendo os documentos e informações solicitadas;
- Responsabilizar-se pelos atos de seus empregados, prepostos e colaboradores durante a execução do contrato.

## 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Contratante deverá adotar todas as providências necessárias para assegurar a adequada execução do objeto contratado, garantindo condições institucionais, operacionais e administrativas que viabilizem o cumprimento das obrigações pela contratada, observando os princípios da legalidade, eficiência, planejamento e controle. Para tanto, obriga-se a:

- **Fiscalizar a execução do contrato**, por meio de servidor ou equipe formalmente designada, responsável pelo acompanhamento sistemático das atividades, verificação do cumprimento das obrigações contratuais, análise da qualidade dos serviços prestados e validação dos produtos entregues, nos termos da legislação vigente;
- **Acompanhar a execução dos serviços de forma contínua**, mantendo interlocução com a contratada, participando de reuniões técnicas, avaliando o desenvolvimento das atividades e garantindo que o objeto esteja sendo executado conforme o planejamento e as diretrizes estabelecidas;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- **Fornecer todas as informações, dados e documentos necessários** à execução do objeto, incluindo acesso a bases de dados institucionais, informações territoriais, cadastros existentes e demais elementos indispensáveis à realização do diagnóstico e das atividades previstas;
- **Facilitar a articulação institucional**, promovendo a integração entre os diversos setores da Administração envolvidos no projeto, bem como viabilizando o acesso da contratada aos órgãos, unidades e equipes técnicas necessárias à execução das atividades;
- **Disponibilizar apoio logístico**, quando necessário, para realização de atividades presenciais, tais como reuniões, capacitações, oficinas e ações comunitárias, incluindo espaço físico, equipamentos básicos e apoio organizacional;
- **Analisar e validar os produtos entregues**, especialmente os relatórios técnicos, no prazo razoável, verificando sua conformidade com o Termo de Referência, a qualidade técnica, a consistência das informações e o atendimento aos objetivos do projeto;
- **Notificar formalmente a contratada** acerca de eventuais falhas, inconsistências ou inadequações identificadas na execução dos serviços, concedendo prazo para correção, quando cabível;
- **Efetuar os pagamentos devidos**, conforme previsto no contrato, de forma tempestiva, após o atesto do fiscal quanto à execução dos serviços e aprovação dos relatórios técnicos apresentados;
- **Manter registro formal de toda a execução contratual**, incluindo comunicações, relatórios, pareceres e documentos relacionados, assegurando a transparência e rastreabilidade dos atos administrativos;
- **Aplicar, quando necessário, as sanções administrativas cabíveis**, nos casos de descumprimento contratual, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- **Garantir a observância das normas legais e regulamentares aplicáveis**, bem como o alinhamento do projeto às políticas públicas municipais, promovendo a adequada governança da contratação.

### 13. ESTIMATIVA DO CUSTO

O valor estimado da contratação é de **R\$ 131.700,00 (cento e trinta e um mil e setecentos reais)**.

### 14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada poderá ensejar a aplicação de sanções administrativas, nos termos da Lei nº 14.133/2021, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, bem como a proporcionalidade entre a infração cometida e a penalidade aplicada.

Constituem hipóteses de aplicação de sanções, dentre outras:

- Inexecução total ou parcial do objeto contratado;
- Atraso injustificado na execução dos serviços ou na entrega dos relatórios técnicos;
- Execução dos serviços em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;
- Apresentação de documentos falsos ou informações inverídicas;
- Falha na manutenção das condições de habilitação exigidas;
- Recusa injustificada em assinar o contrato ou em cumprir obrigações assumidas;
- Comportamento inidôneo ou prática de atos que atentem contra a Administração Pública.

Poderão ser aplicadas à contratada, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:

- **Advertência**, nas hipóteses de irregularidades de menor gravidade, que não causem prejuízos significativos à Administração;
- **Multa administrativa**, a ser fixada conforme a gravidade da infração, podendo incidir sobre o valor do contrato, nos termos a serem definidos no instrumento contratual;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- **Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública**, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos casos de infrações mais graves;
- **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, nos casos de condutas de maior gravidade, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

A aplicação das sanções será precedida de regular processo administrativo, no qual será assegurado à contratada o direito de apresentar defesa prévia e recursos, nos prazos e condições estabelecidos na legislação vigente.

As penalidades aplicadas deverão ser registradas nos sistemas oficiais de controle e poderão ser consideradas para fins de futuras contratações com a Administração.

Ressalta-se que a aplicação das sanções não exclui a possibilidade de rescisão contratual, nem o dever de a contratada reparar integralmente os danos eventualmente causados à Administração, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

## 15. PAGAMENTO

O pagamento pelos serviços prestados será realizado de forma **parcelada**, vinculado à execução das atividades e à **entrega dos relatórios técnicos**, devidamente analisados e aprovados pela Administração, conforme previsto neste Termo de Referência.

Cada parcela estará condicionada à comprovação da execução dos serviços no período correspondente, mediante apresentação de relatório técnico contendo a descrição das atividades realizadas, metodologia aplicada, resultados obtidos e evidências das ações desenvolvidas, conforme exigido no item específico deste instrumento.

Após a entrega do relatório, o fiscal do contrato procederá à análise técnica do material, verificando sua conformidade com o objeto contratado, a qualidade das informações apresentadas, o cumprimento das metas estabelecidas e a observância dos prazos. Estando o relatório em conformidade, será emitido o **atesto de execução**, condição indispensável para a liberação do pagamento.

O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir da data do atesto do fiscal do contrato, mediante apresentação de nota fiscal devidamente acompanhada dos documentos comprobatórios exigidos, tais como certidões de regularidade fiscal e trabalhista válidas.

Caso sejam identificadas inconsistências, omissões ou inadequações nos relatórios apresentados, a contratada será notificada para proceder às correções necessárias, ficando suspenso o prazo para pagamento até a regularização das pendências.

Os pagamentos serão realizados por meio de crédito em conta bancária indicada pela contratada, sendo vedada a antecipação de valores sem a devida comprovação da execução dos serviços.

Ressalta-se que o pagamento estará condicionado à manutenção das condições de habilitação da contratada durante toda a execução contratual, especialmente quanto à regularidade fiscal e trabalhista.

Caso haja atraso no pagamento por parte da Administração, sem que a contratada tenha dado causa, poderão ser aplicadas as atualizações monetárias cabíveis, conforme legislação vigente.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

A sistemática de pagamento adotada visa assegurar o controle da execução contratual, a qualidade dos serviços prestados e a vinculação entre desembolso financeiro e resultados efetivamente entregues.

#### 16. VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, período durante o qual deverão ser executadas todas as atividades previstas neste Termo de Referência, incluindo planejamento, execução, acompanhamento técnico, monitoramento e entrega dos produtos finais.

A vigência contratual compreende não apenas a execução material dos serviços, mas também o prazo necessário para análise, validação e aceite definitivo dos relatórios técnicos pela Administração, garantindo o cumprimento integral do objeto contratado.

O prazo poderá ser **prorrogado**, desde que devidamente justificado e mediante interesse da Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021, especialmente nas hipóteses em que haja necessidade de continuidade das atividades, ajustes no cronograma ou ocorrência de situações supervenientes que impactem a execução do objeto.

Eventuais prorrogações deverão ser formalizadas por meio de termo aditivo, previamente autorizado pela autoridade competente, observando-se os limites legais e a manutenção das condições mais vantajosas para a Administração.

A contratada deverá iniciar a execução dos serviços imediatamente após a assinatura do contrato ou conforme ordem de serviço emitida pela Administração, respeitando o cronograma estabelecido.

Durante toda a vigência, a contratada deverá manter as condições de habilitação exigidas, bem como garantir a continuidade e qualidade dos serviços prestados, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

Ao término da vigência, a contratada deverá apresentar relatório final consolidado, contemplando a totalidade das atividades executadas, os resultados alcançados e as recomendações técnicas, condição necessária para o encerramento contratual.

#### 17. DOS RECURSOS FINANCEIROS

As despesas com a execução do contrato oriundo do presente Edital e seu Projeto serão cobertas pelas dotações vigentes no orçamento de 2026, classificada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROJETO/ ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO
02.06.000 SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS	1012 CONSTRUÇÃO DE CONTENÇÃO DE ENCOSTAS	3.3.9.0.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS – PESSOAS JURÍDICA	1.500 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 1.700 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO 1.706 TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO

#### 18. DISPOSIÇÕES FINAIS

A presente contratação observará integralmente os princípios e normas estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, bem como os princípios constitucionais que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência,



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

planejamento, transparência e interesse público, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa e a adequada execução do objeto.

Todos os atos do procedimento de contratação direta deverão ser devidamente formalizados e motivados, garantindo a rastreabilidade das decisões administrativas, a transparência dos processos e a possibilidade de controle interno e externo pelos órgãos competentes.

Os casos omissos neste Termo de Referência serão resolvidos pela Administração, com base na legislação vigente, nos princípios gerais do direito administrativo e nas orientações dos órgãos de controle.

Eventuais alterações no objeto, prazos ou condições contratuais deverão ser formalizadas por meio de instrumento próprio, observadas as hipóteses legais e devidamente justificadas, de modo a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e o interesse público.

A contratada deverá observar, durante toda a execução contratual, as normas aplicáveis à proteção de dados pessoais, quando for o caso, bem como manter o sigilo das informações às quais tiver acesso em razão da execução dos serviços.

A participação no procedimento implica plena ciência e concordância com todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, não podendo o interessado alegar desconhecimento das disposições nele contidas.

Por fim, destaca-se que a presente contratação não se destina à formação de sistema de registro de preços, tratando-se de contratação específica para atendimento de demanda pontual da Administração, devendo sua execução observar rigorosamente os limites, condições e finalidades estabelecidas neste instrumento.

Teolandia, 08 de maio de 2026

---

**José Nilton Batista dos Santos**  
Secretário Municipal de Assistência Social



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**DESPACHO**

Aprovo o Termo de referência, considerando a necessidade da contratação, em face das justificativas apresentadas pelo setor requisitante.

De acordo/autorizado por:

**MARIA BAITINGA DE SANTANA**  
Prefeita Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO N°...../2026

NOME DA EMPRESA:.....  
CNPJ N.º: .....  
INSCRIÇÃO ESTADUAL:.....  
ENDEREÇO: .....  
CIDADE:.....CEP:.....ESTADO:.....  
FONE DA EMPRESA:.....  
E-MAIL: .....  
BANCO:..... AGÊNCIA: ..... CONTA CORRENTE: .....

A presente proposta tem como objeto a eventual contratação de uma empresa para a prestação de serviços contínuos de gestão do transporte escolar no município de Teolândia. Isso inclui o gerenciamento dos contratos terceirizados para a execução dos serviços de transporte escolar, abrangendo o mapeamento, monitoramento e otimização das rotas e itinerários. A empresa contratada também será responsável pelo gerenciamento através de rastreadores e telemetria nos veículos, pelo treinamento dos motoristas, bem como pela gestão e fiscalização do serviço de transporte escolar e transporte alternativo. Isso envolverá o acompanhamento das rotas, fiscalização dos veículos e motoristas, controle da documentação dos veículos e motoristas, além da emissão de relatórios mensais, conforme as especificações detalhadas neste termo de referência, para atender à demanda da Secretaria Municipal de Educação de Teolândia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº \*\*\*/2026 e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	PERÍODO	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de consultoria, assessoria, capacitação e apoio metodológico, visando à implantação, estruturação, organização e operacionalização do Projeto de Trabalho Social (PTS), no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento social do Município.	serviço	12 MESES	R\$ 131.700,00

Valor por extenso:.....

Prazo de validade da proposta: (mínimo 60 dias).

Concordo com todas as exigências do presente Pregão.

Composição dos preços: Nos preços propostos acima estão incluídos todas as despesas, frete, tributos e demais encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto deste Pregão.

Esta empresa DECLARA estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA PARA ASSINATURA DO CONTRATO

NOME:.....



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RG COM ÓRGÃO EXPEDIDOR:.....  
CPF:.....  
NATURALIDADE:.....  
NACIONALIDADE:.....  
CARGO/FUNÇÃO:.....  
ENDEREÇO COMERCIAL:.....  
TELEFONE:.....  
E-MAIL:.....

LOCAL/DATA

(Assinatura; nome completo do representante legal da empresa e carimbo)



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO III – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

Razão Social:	Nº do Contrato:	CNPJ:
Endereço:		
Responsável:	E-mail:	Nº Empenho:

ORDEM DE SERVIÇO Nº	DATA DE EMISSÃO: / /24.	PRAZO DE EXECUÇÃO:
UNIDADE REQUISITANTE: NOME DO EVENTO: DATA DE REALIZAÇÃO: LOCAL: HORÁRIO: JUSTIFICATIVA PARA A NECESSIDADE DO MATERIAL/SERVIÇO (Conforme Portaria XXXX, e critérios presentes no PR): *Anexar, convite, programação detalhamento do Evento:		

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

Detalhamento do planejamento e das atividades:			
Responsável pela Solicitação:	UNIDADE	E- MAIL	TELEFONE

\*\* A presente Ordem de Serviços deverá ser apresentada à Contratada no ato da solicitação dos serviços, e encaminhada devidamente assinada pelo gestor do contrato.

Local/Data: \_\_\_\_\_

GESTOR DO CONTRATO: \_\_\_\_\_



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**ANEXO IV**

**(Declaração de observância ao §1º, art. 9º da Lei Federal no 14.133, de 1º de abril de 2021)**  
**(em papel timbrado da licitante)**

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG no \_\_\_\_\_ e do CPF no \_\_\_\_\_, representante legal do licitante \_\_\_\_\_ (razão social), CNPJ \_\_\_\_\_, interessado em participar do Pregão Eletrônico no \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, que:

- a) Não há participação, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público da Prefeitura Municipal de Teolândia, nos termos da legislação que disciplina a matéria;
- b) Não há representante desta licitante que seja cônjuge ou companheiro ou que tenha vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil com agente público da Prefeitura Municipal de Teolândia.

Local e data.....

[Assinatura]  
Nome do Representante  
Cargo do Representante Legal  
Nome da Empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**ANEXO V**

(Declaração Unificada)  
(em papel timbrado da licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG no \_\_\_\_\_ e do CPF no \_\_\_\_\_, representante legal do licitante \_\_\_\_\_ (razão social), CNPJ \_\_\_\_\_, interessado em participar do Pregão Eletrônico no \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, que:

**DECLARA** expressamente:

- a) que atende aos requisitos de habilitação, e que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- c) que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- d) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do **Artigo 7º, XXXIII, da Constituição**;
- e) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos **Incisos III e IV, do Artigo 1º, e no inciso III, do Artigo 5º, da Constituição Federal**;
- f) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- g) Organizada em cooperativa (se for o caso), cumpre os requisitos estabelecidos no **art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021**.

Local e data.....

[Assinatura]  
Nome do Representante  
Cargo do Representante Legal  
Nome da Empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS – LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº ..... )

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE FAZEM  
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE TEOLÂNDIA, POR INTERMÉDIO  
DO SECRETARIA M. DE  
..... E A EMPRESA  
.....

O **MUNICÍPIO DE TEOLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito interno, inscrita no CNPJ sob o nº 14.196.042/0001-54, com sede administrativa na Rua Antonio dos Santos, 52 – centro Cep: 45.465-000, Teolândia -Ba, representada por sua Prefeita Municipal **Maria Baitinga Santana**, brasileira, maior, capaz, solteira portador da Cédula de Identidade nº ..... SSP/BA e CPF (MF) nº ....., e..... inscrita no CNPJ nº ....., neste ato representado pelo Sr ....., secretário devidamente instituído através da portaria nº ....., doravante denominados simplesmente **CONTRATANTES**, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. \*\*\*/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.0. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de consultoria, assessoria, capacitação e apoio metodológico, visando à implantação, estruturação, organização e operacionalização do Projeto de Trabalho Social (PTS), no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento social do Município, nas condições estabelecidas no termo de referência.

Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANT.	PERÍODO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

O Termo de Referência;

O Edital da Licitação;

A Proposta do contratado;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos até o limite máximo de 10 (dez) anos conforme art 107 e 108 da lei 14.133, desde que o valor estabelecido seja vantajoso para a Administração Pública.

O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92. IV, VII e XVIII](#))**

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

**É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: Projeto de Trabalho Social (PTS)**

Poderão ser subcontratados parcialmente serviços e equipamentos, ficando a Contratada responsável pela qualidade e eficiência e obrigações legais de todos os atos. Mediante a anuência da Secretaria Municipal de Viação e Obras, poderá haver a subcontratação da coordenação e supervisão do evento, desde que justificado.

Não haverá qualquer vínculo entre o Município de Teolândia e as empresas subcontratadas, assim sendo, o pagamento de encargos, taxas, aluguéis e/ou quaisquer outras despesas, inclusive de ordem trabalhista, previdenciária, fiscal ou comercial, é de inteira responsabilidade da licitante vencedora.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92. V](#))**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

O valor total da contratação é de R\$..... ( )

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92. V e VI)**

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92. V)**

Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em   /  /   (DD/MM/AAAA).

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92. X, XI e XIV)**

São obrigações do Contratante:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

A Administração terá o prazo de 24 h, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))**

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas,



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92. XII)**

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92. XIV)**

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv) **Multa:**
  - (1) Moratória de 1 a 5% (um a cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
  - (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 1% a 5% do valor do Contrato.
  - (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 5 % a 7 % do valor do Contrato.
  - (4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.
  - (5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 3 % a 7% do valor do Contrato.

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92. XIX](#))**

O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92. VIII](#))**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROJETO/ ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO
02.06.000 SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS	1012 CONSTRUÇÃO DE CONTENÇÃO DE ENCOSTAS	3.3.9.0.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS – PESSOAS JURIDICA	1.500 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 1.700 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO 1.706 TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92. III](#))**

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))**

Fica eleito o Foro da Comarca de Wenceslau Guimarães-Ba para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

---

MUNICIPIO DE TEOLÂNDIA

Representante legal do CONTRATANTE

---

RAZÃO SOCIAL CONTRATADA XXXXXXXXX

Representante legal do CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

1-

2-